
A AÇÃO DIALÓGICA DE PAULO FREIRE E OS PROCESSOS FORMATIVOS EM CONTEXTOS DE RESISTÊNCIA*

DOI 10.18224/frag.v31i4.12138

ALDIMAR JACINTO DUARTE**

Resumo: no presente artigo busca-se analisar a importância de os intelectuais (lideranças/ educadores) se fundamentarem na perspectiva teórica e metodológica de Paulo Freire, em especial no que concerne à ação dialógica, enquanto processo de enfrentamento ao desmonte da democracia no Brasil nos últimos anos. A pesquisa, fundamentada em Paulo Freire e outros autores que analisaram e analisam criticamente a realidade brasileira e os processos de construção/desconstrução da democracia no mundo ocidental, conclui que o processo efetivo de resistência está no diálogo solidário e humilde com o povo, por meio do envolvimento radical e dialógico com os excluídos na luta pela defesa dos direitos humanos, da democracia, da cidadania ativa e da justiça social como valores inalienáveis, em todos os espaços sociais.

Palavras chave: Paulo Freire. Ação Dialógica. Democracia. Resistência.

O presente estudo parte do pressuposto de que, a despeito da gravidade da situação de exclusão, autoritarismo e destruição da democracia que estamos vivenciando no tempo presente, o problema não está localizado nas ações de um governo circunscrito a um tempo específico, apesar de toda sua truculência, mas ao que nos constitui enquanto sociedade e cultura, que adere facilmente não só ao discurso, mas às práticas elitistas, excludentes, xenófobas, racistas, homofóbicas entre outras, que não reconhece o sentido histórico e social do que é uma república, uma democracia e o ser cidadão.

Problematiza a partir da seguinte assertiva: os vários aspectos que compõem a realidade brasileira no tempo presente não se constituem como crise, tendo em vista que no Brasil, historicamente, todo esse processo de exclusão, de fragilidade da democracia, de desigualdades sociais, de desemprego, de autoritarismos das elites e de opressão do povo não é uma exceção, mas uma regra

* Recebido em: 29.11.2021. Aprovado em: 20.12.2021.

** Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor do PPCE e do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. *E-mail:* aldimarjd@hotmail.com.

em nossa história, ou seja, tal realidade não é conjuntural, mas estrutural, com algumas especificidades no atual momento, que modifica a forma, mas não a natureza do problema.

Por isso a centralidade de Paulo Freire ao se buscar analisar o papel das lideranças e dos educadores no sentido de encontrar, de forma coletiva e solidária com o povo, caminhos por meio da ação dialógica para a superação de uma realidade histórica marcada pela exclusão e opressão.

A pesquisa, de cunho qualitativo e bibliográfica, fundamentada principalmente em autores como Florestan Fernandes (2008), Paulo Freire (1986, 1987, 2017, 2001); Gaudêncio Frigoto (2017); Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2017), Boaventura de Souza Santos (2016), entre outros, aponta que a resistência à destruição da democracia no Brasil está principalmente em se lutar pela defesa dos direitos dos excluídos, pela cidadania ativa, pela justiça social, pela igualdade e pela educação pública (em todos os níveis e modalidades, e de qualidade social), como valores inalienáveis, em todos os espaços sociais.

Defende a ideia de que resistir é trazer para o foco do debate e de nossas ações o que os seguimentos alinhados com o neoconservadorismo e o conjunto da elite brasileira mais se contrapõem e abominam, que é a ação política sincera com o povo, sem sectarismos, mas de forma dialógica, aprendendo com esses agentes as suas realidades, a superar qualquer forma de fanatismo, a compreender a própria realidade, numa relação dialética. Fundamenta-se na perspectiva teórica de Paulo Freire, em que a educação democrática deve se constituir em um trabalho do “homem com o homem, e nunca um trabalho verticalmente do homem sobre o homem ou assistencialmente, do homem para o homem, sem ele” (FREIRE, 2001, p. 14).

O artigo se divide em três partes. Na primeira, serão abordados alguns aspectos do que Paulo Freire considera como inexperiência democrática como forma explicativa do poder autoritário das elites dominantes no Brasil e a forma de adesão do povo a modelos políticos que reproduzem a opressão. Na seção, busca-se ainda introduzir alguns elementos históricos, fundamentados em Francisco Weffort, que contribuem para a integração do povo enquanto sujeito histórico no Brasil. Na segunda unidade, serão analisadas algumas bases teóricas que buscam compreender o desmonte da democracia no mundo ocidental, e a sua incidência no Brasil. O que se constata por meio destes estudos é que as democracias no mundo ocidental do tempo presente estão sendo ameaçadas por líderes eleitos por meio do voto popular, ou seja, por meio de procedimentos inerentes aos regimes democráticos, paradoxalmente para destruí-los ou enfraquecê-los. Na terceira parte, serão colocadas em evidência as contribuições de Paulo Freire quanto à ação dialógica como práxis na superação de ações antidialógicas que têm cumprido, na história do Brasil, o papel de manter o povo em sua condição de oprimido. Elencar-se-ão alguns aspectos considerados centrais na autocrítica por parte de intelectuais progressistas e de esquerda quanto ao distanciamento solidário do povo nas últimas décadas.

O CAPITALISMO DEPENDENTE NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DE UMA DEMOCRACIA RESTRITA

As análises de Paulo Freire (1921-1927) na década de 1960 demonstram o caráter frágil da democracia no Brasil. De acordo com o autor, é a nossa inexperiência democrática que explica o poder autoritário dos setores dominantes de nossa sociedade. Mesmo nos momentos históricos em que tais segmentos se viram abalados ou quase vencidos em função do engajamento do povo enquanto sujeito político, os setores conservadores reencontraram caminhos para continuarem existindo, por meio de uma série de procedimentos típicos de sua ação política, tais como a coação e a fraude. De acordo com o autor,

É ainda esta “inexperiência” que explica outros descompassos flagrantes entre manifestações externas de nosso comportamento democrático e a dimensão interna da democracia, entre nós. Descompassos que emprestam à nossa vida democrática, se não observada como algo em elaboração, um sentido de objetiva inautenticidade. E isto porque, às condições externas da democracia devem corresponder certas disposições mentais, certa forma de ser, no homem deste regime (Barbu, 1956). Essas disposições mentais nascem e se desenvolvem dentro de um clima cultural específico. E foi este clima que nos faltou na elaboração de nossa história (FREIRE, 2001, p. 28).

Francisco Weffort (2017), ao tratar do auge da participação do povo na vida cultural do Brasil, por meio dos movimentos de educação popular na década de 1960, no texto de apresentação do livro de Paulo Freire – *Educação como Prática da Liberdade* – analisa que este esforço de mobilização apenas começava a pôr alguns setores radicais da classe média em contato real com o povo. Era apenas o início do surgimento da necessidade de organização de massas para a ação política e cultural. Entretanto, com a queda do regime populista que havia possibilitado tal avanço, a organização popular também foi abafada, ficando apenas na etapa da difusão dos princípios, passando para ações práticas de alcance político geral, ou seja, reduziu-se a criação de uma atmosfera ideológica democrática, mas não teve as reais condições de criar uma verdadeira ideologia democrática, de ação popular. No entanto, embora isso tenha sido suficiente para atemorizar a direita e sugerir-lhe a necessidade do golpe, não foi o suficiente construir uma outra forma de poder.

De acordo com Weffort (2017, p. 16, 17):

em realidade, toda essa mobilização, que expressa a crescente pressão das massas sobre as estruturas do Estado, tinha, não obstante sua indiscutível relevância política, uma debilidade política congênita: encontrava-se direta ou indiretamente comprometida com o governo e, através dele, com as instituições vigentes que a própria pressão popular ameaçava. Este equívoco histórico, uma das características mais importantes de todos esse período, não pode deixar de ser analisado quando buscamos compreender o sentido do movimento educacional brasileiro.

Ou seja, a participação do povo na vida política e cultural do país estava restrita ou articulava-se à própria ação dos governos populistas, não tendo construído a sua autonomia enquanto poder social, diluindo o governo, e a participação popular também encontrou os seus limites históricos. Entretanto, a despeito de a participação popular não ter se desenvolvido enquanto força política e cultural em consequência da ação do estado ditatorial em 1964, o povo se fez agente histórico, pois, no pós-1930, as classes populares passaram a fazer parte, direta ou indiretamente, do jogo democrático, ou mesmo do desmonte da democracia. Embora aparentemente passivas em alguns momentos e mais ativas em outros, exercem pressão social na vida política, configurando-se como força social, ora em nome da liberdade, ora em nome de regimes autoritários.

Mas as elites aprenderam a interpretar a nova condição do povo e passou a se empenhar de forma mais clara no sentido de “acomodar as classes populares emergentes, domesticá-las em algum esquema de poder ao gosto das classes dominantes” (WEFFORT, 2017, p. 26). Ou seja, como já não era possível a inexistência do povo enquanto agente social, considerou-se como “indispensável manipulá-las de modo que sirvam aos interesses dominantes e não passem dos limites” (WEFFORT, 2017, p. 26).

Na década de 1960, fruto de nossa inexperiência democrática, o clima de irracionalismo se exacerbava dando surgimento a posições sectárias, fundamentalmente de direita. De acordo com Paulo Freire, parte do povo, se reconhecendo agora como agente político, mas desorganizado, ingênuo e despreparado, passava à condição de joguete dos irracionalismos da elite na manutenção de seu poder, sendo que parte de tais irracionalismos eclodiram em função das elites e de setores da classe média temerem perder parte de seus privilégios diante da possível ascensão do povo enquanto classe hegemônica no poder (FREIRE, 2017).

As argumentações dos autores acima citados demonstram que um dos fatores que prejudicam o desenvolvimento da democracia no Brasil é a persistência de uma mentalidade política arcaica, inadequada para promover ajustamentos dinâmicos não só às situações que se alteram socialmente, mas que estão em fluxo contínuo no presente (FERNANDES, 2008).

O que vimos em dois importantes períodos recentes da história do Brasil (1964 e 2016 – que perdura até os dias atuais) é que, de nossa inexperiência democrática, passamos para o descaso com a democracia. Uma indisposição mental e cultural para com o regime democrático, considerado como prescindível na vida política, social, cultural e econômica por diversos grupos, perpassando também os setores populares.

O ENFRAQUECIMENTO DAS DEMOCRACIAS NO TEMPO PRESENTE

Em primeiro lugar é preciso ficar claro que as mudanças no campo político nos últimos anos que se caracterizam pelo enfraquecimento da democracia não se constituem como uma particularidade do Brasil. Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, dois professores de ciências políticas da universidade de Harvard, em sua obra *Como as democracias morrem* (2018), desenvolvem a ideia de como as democracias têm sido atacadas no mundo ocidental de diversas formas. Investigam a ascensão de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos e defendem a tese de que a democracia nos EUA se fundou na cultura política de tolerância mútua e reserva institucional. Nesse caso, segundo os autores, a intolerância e a virulência com os adversários políticos só beneficiam aqueles que querem enfraquecer a democracia.

O cientista político Jairo Nicolau, no prefácio do livro de Levitsky e Ziblatt (2018), afirma que nos últimos anos a preocupação dos estudos passou a ser com a crise das democracias consolidadas e se tais democracias entram em colapso. A resposta é clara no decorrer do livro, pois para Levitsky e Ziblatt (2018), a democracia dos EUA da América, considerada por muitos como uma das maiores democracias do mundo, entrou em colapso com a eleição de Donald Trump, e, mais do que isso, numa exposição sobre a história da democracia naquele país, os autores demonstram que a sua consolidação oscilou na história paradoxalmente fazendo vistas grossas às questões raciais daquele país, ignorando os problemas que afetam as populações não brancas.

De Hitler na Alemanha nazista a Trump na casa branca, os autores demonstram que as democracias podem morrer não apenas nas mãos de generais, como ocorreu na América Latina entre os anos de 1960 e 1980, mas podem morrer também nas mãos de líderes eleitos por meio do voto popular. Assim se posicionam:

É assim que as democracias morrem agora. A ditadura ostensiva – sob a forma de fascismo, comunismo ou domínio militar – desapareceu em grande parte do mundo. Golpes militares e outras tomadas violentas do poder são raros. A maioria dos países realiza eleições regulares. Democracias ainda morrem, mas por meios diferentes. Desde o final

da Guerra Fria, a maior parte dos colapsos democráticos não foi causada por generais e soldados, mas pelos próprios governos eleitos (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 16).

Esse processo de corrosão da democracia, pelas vias democráticas, vai se constituindo por meio da anuência tanto do poder legislativo como do judiciário, e a mídia tradicional acaba por sustentar tais modelos. Parte considerável da sociedade e do povo adere a esse processo de destruição por não perceber ou não se importar com o que está em curso, pois tais modelos não colocam o país visivelmente em uma condição de exceção, de suspensão da constituição ou um golpe militar em seu sentido clássico. O processo de destruição vai se dando por canais considerados proceduralmente como legítimos. “O paradoxo trágico da via eleitoral para o autoritarismo é que os assassinos da democracia usam as próprias instituições da democracia – gradual, sutil e mesmo legalmente – para matá-la” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 19).

Os autores defendem a tese de que as democracias funcionam melhor onde os costumes, a cultura política ou as normas não escritas têm como princípios e fundamentos uma vida democrática. Para os autores, nos países ou nos períodos históricos em que essa cultura democrática se esvai, a própria democracia entra em colapso. Nesse sentido, os desafios da democracia não se encontram apenas nos marcos legais. As polarizações extremas, o sectarismo, as desigualdade de raça e cultura impedem que a democracia se fortaleça e confrontam o próprio ideal de democracia.

Os EUA seria então um caso típico dessa polarização e desigualdade, ou seja, segundo os autores, a democracia naquele país foi construída a partir da negligência em torno das questões raciais e das diversidades culturais dos povos não brancos, e das populações minoritárias. Historicamente, essas pautas foram negligenciadas em nome da construção de uma aparente harmonia social naquele país, reduzindo os conflitos entre Democratas e Republicanos. Quando essas pautas voltam ao centro do debate como forma de superação de tais desigualdades, como foi o caso no Governo de Barack Obama, os setores conservadores se reorganizam e passam a defender de forma clara uma sociedade fundada nos tradicionalismo branco e religioso. Um dos problemas apontados pelos autores são os limites da participação popular no que concerne ao projeto de desmonte da democracia, pois consideram que é difícil encontrar evidências históricas de que o povo tenha apoiado majoritariamente propostas autoritárias.

Os autores, baseados em Linz (1978), desenvolvem o que chamam

[...] de um conjunto de quatro sinais de alerta que podem nos ajudar a reconhecer um autoritário. Nós devemos nos preocupar quando políticos: 1) rejeitam, em palavras ou ações, as regras democráticas do jogo; 2) negam a legitimidade de oponentes; 3) toleram e encorajam a violência; e 4) dão indicações de disposição para restringir liberdades civis de oponentes, inclusive a mídia (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 32).

Em relação ao terceiro ponto, que interessa de forma mais direta este estudo, os autores argumentam que a violência sectária é com grande frequência um elemento precursor de colapsos democráticos. Esse caminho leva os setores autoritários a restringir as liberdades civis dos agentes críticos à sua concepção. A punição desses agentes, em suas mais variadas formas, é uma das ações implementadas por tais governantes.

O problema é a forma que os autores definem tolerância mútua, quando expressam que

A TOLERÂNCIA MÚTUA diz respeito à ideia de que, enquanto nossos rivais jogarem pelas regras institucionais, nós aceitaremos que eles tenham direito igual de existir, competir pelo

poder e governar. Podemos divergir, e mesmo não gostar deles nem um pouco, mas os aceitamos como legítimos. Isso significa reconhecermos que nossos rivais políticos são cidadãos decentes, patrióticos, cumpridores da lei – que amam nosso país e respeitam a Constituição assim como nós (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 112, destaque dos autores).

Nesse sentido, como considerar como legítimos apoiadores de governos que se utilizam, paradoxalmente, das instituições democráticas para a destruição da democracia e que, por meio de tais instituições, incentivam ou praticam a violência (física e/ou simbólica) contra seus opositores? Como legitimar grupos sociais que se colocam de forma veemente contra os direitos de mulheres, negros, indígenas, gays, lésbicas etc. e se utilizam das instituições democráticas para vilipendiar os direitos coletivos e individuais desses sujeitos?

Talvez aí resida o grande desafio das lideranças e dos educadores: retomar as discussões e os debates, não só nas academias, mas junto aos movimentos sociais, organizações populares e diversos agrupamentos e coletivos no sentido de buscar compreender como a população tem compreendido o poder, a democracia e a sua importância para a existência dos diversos setores sociais em seu cotidiano. Mas há que se discutir de forma mais clara o que significa uma democracia quanto à necessidade de atendimento das velhas e novas demandas da sociedade ou dos direitos relativos a gênero, raça, etnia, orientação sexual e muitas outras matizes que compõem a diversidade humana.

É necessário ainda compreender o que das concepções que negam os direitos dos diversos se originam ou se perpetuam nos próprios setores populares e são assimiladas estrategicamente pelos setores dominantes e aquelas que são produzidas pelos setores dominantes e difundidas por diversas instituições e organizações para os setores populares, tendo como fundamento princípios conservadores que negam o avanço da democracia no Brasil. Ou seja, tal abordagem coloca o desafio de compreendermos até que ponto que os intelectuais inseridos em diversas instituições, principalmente nas universidades, mantêm ou mantiveram no tempo recente um diálogo radical com o povo, abordando sobre a cultura democrática e os direitos humanos.

De acordo com Boaventura de Souza Santos (2016, p. 14), “infelizmente, perante as urgências da governança e os tipos de regimes políticos em que elas se inseriram, o debate nunca teve lugar ou, quando teve, ficou muito aquém das expectativas”. Países como Argentina, Equador, Uruguai, Bolívia e Brasil, no bojo de governos que chegaram ao poder por meio de forte mobilização de movimentos sociais, distanciaram-se do debate sobre o modelo de democracia que se queria instalar, acabando por aderir a um modelo de governança com “uma concepção de democracia de tão baixa intensidade que facilmente se confunde com a antidemocracia” (SANTOS, 2016, p. 14).

Na compreensão do autor, a democracia passou de aspiração revolucionária no século XIX para um *slogan* adotado universalmente, mas vazio de conteúdo no século XX, implicando na restrição das formas de participação e soberania popular. Tal democracia se limitou a procedimentos eleitorais para a formação de governos (SANTOS, 2016, p. 14).

O autor considera ainda que os modelos de democracia participativa, que, entre as décadas de 1990 e 2000, tinham experimentado modelos importantes em alguns países, como Brasil, Bolívia e Equador, nos últimos anos, experimentaram também frustrações, perdendo assim muito de seu impulso contra hegemônico, deixando-se instrumentalizar-se e burocratizar-se, passando de um princípio liberal participativo para neoliberal de mercado.

Vê-se a retomada virulenta de setores religiosos que historicamente no Brasil buscam uma simbiose entre estado e religião em benefício de setores privados e elitistas, em oposição tanto às perspectivas liberalizantes fundamentadas em um liberalismo democrático quanto às perspectivas

socialistas e comunistas, que, desde a década de 1920, se posicionam claramente no Brasil em defesa de uma sociedade sem classes, fundamentadas na liberdade e emancipação humana.

De acordo com o Sociólogo Cândido Grzybowski (2015), ex-diretor do *Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas* (IBASE), nesse contexto de desconstrução da democracia, quem ganha são os fundamentalismos religiosos, os quais se colocam contra o estado laico, contra a agenda igualitária e sem discriminações; contra os direitos de minorias desfavorecidas. Ganham, também, os defensores de poderosos interesses corporativistas, como do agronegócio, da mineração, das companhias de armamento e repressão.

De acordo com esse sociólogo, é preciso destacar que, nas últimas três décadas, houve mudanças objetivas na condição de vida de milhões de brasileiros e brasileiras. Segundo ele, havíamos saído daquela situação de insuficiência estrutural, onde faltava tudo: trabalho e renda; comida; escola; acesso a bens de consumo mínimo; entre outros. Entretanto integramos milhões de pessoas ao consumo sem, no entanto, proporcionar grandes mudanças estruturais. Reproduzimos a lógica do desenvolvimento capitalista, mas com algumas condicionalidades sociais, redistribuindo parte do crescimento, mesmo que mínimo. O autor afirma que isto pode até ter sido bom enquanto durou, mas é estruturalmente e ambientalmente insustentável. Ou seja, teríamos mudado de patamar, mas não de qualidade social em sua estrutura (GRZYBOWSKI, 2015).

Isso significa que integramos milhões de brasileiros ao consumo, à lógica de mercado do capitalismo contemporâneo sem incluí-los efetivamente na condição de cidadãos, em seu sentido civil, político e social. Significa também que não proporcionamos a estes sujeitos, em uma promessa de ascensão social, a compreensão dos sentidos e significados da democracia e da sua importância. Não contribuimos para a cidadania ativa, aliás, pelo contrário, o que vimos foi uma retração dos movimentos sindicais e sociais no Brasil. De acordo com o ex-diretor do IBASE, “falta trabalho de base, falta organização de cidadania ativa, faltam lutas sociais, resistências e insurgências, de todas as cidadanias, de todas as identidades” (GRZYBOWSKI, 2015, p. 1). Além disso, segundo esse autor, o que assistimos é reafirmação da privatização da política brasileira, a qual aprimorou os processos de corporativismos em defesa de interesses privados.

Desde 2016, o que vemos é o aprofundamento da distribuição da democracia no Brasil, as elites nacionais, aliadas ao capital internacional, impetraram um golpe no qual derrubaram a presidenta da república (Dilma Rousseff) a partir de uma ação articulada entre os poderes legislativo e judiciário. Aliados à grande mídia reeditaram “com pequenas nuances, o discurso moralista que justificou o golpe civil militar de 1964, sob o signo ‘Deus, Pátria e Família’” (FRIGOTO, 2017, p. 21).

O autor argumenta ainda que o

O atual golpe instaurado no Brasil reitera, com novas sutilezas, as estratégias do passado da classe dominante brasileira para interromper as conquistas, ainda que parciais, dos movimentos sociais, sindicatos, instituições científicas e culturais historicamente empenhadas na luta por uma sociedade mais justa: [em especial a Constituição de 1988 e a eleição, em 2002], do ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva (FRIGOTO, 2017, p. 20).

O que se pretende é apagar qualquer possibilidade de desenvolvimento social e democrático no Brasil, devolvendo assim o país para aqueles que se consideram como seus legítimos donos, a elite nacional e os conglomerados internacionais. Ou seja, não há nada de novo nessa lógica, mesmo que em um novo contexto, tendo em vista que

O Brasil, no contexto do capitalismo mundial, estruturou-se sob o signo colonizador e escravocrata e, como tal, produziu uma das sociedades mais desiguais e violentas do mundo. Das burguesias clássicas que lutaram para construir nações autônomas e independentes e que, mesmo cindidas em classes, estruturaram sociedade com acesso aos direitos sociais básicos, diferentemente dessas, a burguesia brasileira sempre foi antinação, antipositivo, antidireitos universais, antidireito à escola pública. Uma burguesia sempre associada de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital (FRIGOTTO, 2017, p. 20).

Pode-se então afirmar com clareza que muito do que vivemos hoje reproduz de forma clara as violências e as desigualdades impetradas pelos setores dominantes historicamente instalados no Brasil com a proibição ou restrição das participação dos setores populares na esfera pública e, com a própria redução dessa esfera como estratégia de privatização do público e da própria nação em todos seus sentidos. A privatização do público no Brasil tem se dado, em especial nos últimos dez anos, que cresce falsa consciência de desnecessidade do público, constituindo-se em uma gradativa falência intencional do Estado (OLIVEIRA, 1999).

A AÇÃO DIALÓGICA COMO FORMA DE RESISTÊNCIA AO MODELO CONSERVADOR

De início, este estudo sustenta a tese de que a nossa resistência está em defender e lutar pela democracia, pela cidadania ativa, pela justiça social, pela igualdade e pela educação pública (em todos os níveis e modalidades, e de qualidade social), como valores inalienáveis, em todos os espaços sociais que ocuparmos. Entretanto, de forma mais incisiva, a defesa aqui é que todo e qualquer processo democrático no Brasil só poderá se dar de forma efetiva, em uma democracia com o povo e para o povo, se retomarmos de forma clara e consistente os princípios de Paulo Freire, quando trata da ação dialógica no processo de superação da opressão e das desigualdades.

Defende-se aqui a ideia de que resistir, em uma perspectiva freireana, libertadora, é trazer para o foco dos nossos debates o que a direita e o conjunto dos donos do poder no Brasil mais se contrapõem e abominam, que é a ação política sincera com o povo, sem sectarismos, mas de forma dialógica, aprendendo com o povo para a sua realidade, ajudando-o a superar qualquer forma de fanatismo, ajudando-os a compreenderem sua própria realidade, numa relação dialética, na qual os intelectuais (lideranças/educadores) compreendem a realidade em sua totalidade. Como diria Paulo Freire (FREIRE, 2001, p. 14), a educação democrática deve se constituir em um trabalho do “homem com o homem, e nunca um trabalho verticalmente do homem sobre o homem ou assistencialmente, do homem para o homem, sem ele”.

Trata-se de contribuir para que o povo brasileiro ganhe a “consciência de sua responsabilidade social e política, existindo essa responsabilidade, vivendo essa responsabilidade [...]” (FREIRE, 2001, p. 15). Ou seja, como demonstrou Freire, o que precisamos, na verdade, cada vez mais, é acreditar no povo e ajudá-lo a crescer na linha incoercível da nossa democratização, ligado a uma série de fatos novos, entre os quais o desenvolvimento de sua consciência.

Entende-se que um primeiro passo seria fazermos uma autocrítica: movimentos sociais, partidos políticos de esquerda, lideranças, educadores e intelectuais progressistas se distanciaram muito do povo nos últimos anos. Acreditou-se que o relativo poder sobre a máquina estatal por si só construiria e garantiria a hegemonia, que a participação política por meio do estado seria suficiente para a construção da democracia, deixou-se assim de formar novas lideranças, de contribuir na formação de uma nova moral e de uma nova concepção de mundo, de reconhecer novas formas de

organização e criou-se um foço entre o povo e as instituições modernizadoras. As antigas lideranças foram cooptadas pela máquina do estado para desenvolver atividades burocráticas, quebrando o papel e a lógica dos movimentos sociais e sindicais de se constituírem como força crítica aos estado neoliberal.

Talvez, ainda, o deslocamento da ação de lideranças/educadores para fóruns, conselhos e cargos públicos tenha distanciado estes intelectuais do cotidiano da população. O que, se por um lado, contribuiu de forma efetiva para o avanço de políticas públicas em defesa dos direitos dos oprimidos em sua diversidade e, contribuindo com a elevação da qualidade de vida da população, por outro, deixou-se os setores populares muito vulneráveis, à mercê da lógica de desconstrução e retrocessos políticos e sociais de setores conservadores e dominantes de plantão. Ademais, com isso, cedeu-se espaço para as instituições e intelectuais conservadores em se reorganizarem, em se rearticularem para reestabelecer um vínculo com o povo de forma tradicionalista e opressora.

O debate em torno dos direitos individuais e coletivos, da relação entre estado e sociedade, da formação de uma consciência de povo e nação em uma sociedade dividida em classes foram sendo secundarizadas, mesmo no interior dos partidos políticos de esquerda que teriam, enquanto intelectuais, o papel de contribuir na formação junto ao povo par a construção da democracia.

Há uma hipótese ainda que se entende plausível, mas que necessita de investigações futuras. Além dos fatores citados, talvez tenhamos ainda nas primeiras décadas do século XXI, superdimensionado um aspecto central do pensamento liberal e socialista, que é a formação para a democracia por meio da universalização do acesso à educação escolar. Florestan Fernandes, já na década de 1960, a despeito de ser um defensor incontestado de universalização da educação pública no Brasil e sua relação com o processo de democratização, considerava que tal universalização, de forma isolada não bastaria para superação de nossa tradição antidemocrática, pois o problema estaria na própria lógica psico-sócio-cultural impetrada pela elite brasileira, reconfigurada continuamente pelos donos do poder desde o período colonial. Ou seja, nas últimas décadas, por um lado, ampliou-se o acesso das novas gerações à educação escolar, mas, por outro, nos distanciamos da educação popular, dos movimentos sociais de bairros, dos projetos de extensão que atendiam à população em suas lutas por moradia, emprego, renda, terra e trabalho. Reduziu-se, assim, um outro campo que é estratégico para o desenvolvimento de uma cultura política calcada na democracia e na cidadania, que é a educação não formal.

É plausível afirmar que, ao nos distanciarmos do povo, rompendo com uma relação de inteira reciprocidade e confiança, deixamos que os setores conservadores assumissem de forma hegemônica este lugar, de liderança e de formador junto aos oprimidos, no intuito de fanatizá-los, desuni-los, para dominá-los e oprimi-los.

Muitos intelectuais se limitaram a se comunicar com o povo por meio de *slogans*, por meio de pretensas verdades preestabelecidas, em contraponto a outras pretensas verdades, de forma acusatória, como se inimigo, os homens e mulheres do povo fossem. Deixando assim de conquistar a adesão do povo, abrindo espaço cada vez mais para ação dos setores dominantes que travestiram-se em amigos, em parceiros no cotidiano popular.

No diálogo com o povo, Freire nos deixou claro, em especial nas obras *Educação como Prática da Liberdade* (2017) e *Pedagogia do Oprimido* (1987) que o sectarismo e a comunicação a partir de *slogans* não contribuem para a libertação dos homens e mulheres, oprimidos e oprimidas. Tornou-se corriqueiro em nossas conversas com nossos colegas professores ouvirmos relatos de como travaram discussões no intuito de desafiar o padeiro, a feirante, o pedreiro, a diarista em relação a visão de mundo que defendem naquele momento e os “conquistarem” (FREIRE, 1987, p. 166)

para a ‘nossa’ posição. Vale lembrar que para este autor, o sentido de conquistar está diretamente relacionado ao de *invasão cultural*, prática de opressão exercida pelos setores dominantes desde o processo de colonização.

Entretanto, embora tal ‘debate’ tenha a aparência de necessário, pois supõe-se que estaríamos convencendo, conquistando o outro para o nosso lado, ele, numa perspectiva de *ação dialógica*, apenas se expressa enquanto dicotomia de dois *slogans* que se pretendem vencedores. Não partindo assim do que Freire classifica como *Síntese Cultural* e de humildade do intelectual (liderança/educador) em dialogar de forma libertadora com o povo.

Por meio do conceito de *Síntese Cultural*, Freire (1987) nos orienta que o objetivo não é ‘ganhar’ um debate ou uma discussão ou conquistar homens e mulheres do povo para a nossa posição, mas de promover a adesão consciente desse povo à luta por libertação e humanização, a partir da compreensão crítica da realidade cada vez mais complexa que nos oprime.

Entretanto, Paulo Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido* (1987) demonstra que isso ainda não é suficiente para um processo de libertação. Considera como necessário que o intelectual se coloque no esforço incansável de contribuir para a união dos oprimidos. Tal união deve superar o caráter espontâneo e chegar à fase de organização, que proporciona a ação coletiva do povo, assumindo a sua condição consciente de sujeito histórico. Nesse momento, a liderança/educador já não diz a sua palavra de forma isolada e como *slogan*, mas passa a dizer a sua palavra com o povo, negando assim o autoritarismo antidialógico e o silenciamento dos oprimidos.

Nas palavras de Paulo Freire (1987, p. 178),

Na teoria da ação dialógica, portanto, a organização, implicando em autoridade, não pode ser autoritária; implicando em liberdade, não pode ser licenciosa. Pelo contrário, é o momento altamente pedagógico, em que a liderança e o povo fazem juntos o aprendizado da autoridade e da liberdade verdadeiras que ambos, como um só corpo, buscam instaurar, com a transformação da realidade que os mediatiza.

Outra hipótese é importante de se levantar neste debate, a qual se constitui em considerar que, se por um lado nas últimas décadas lideranças/educadores se distanciam do povo enquanto espaços e processos formativos, por outro, mas de forma complementar, intelectuais progressistas de classe média se distanciaram também dos espaços sociais nos quais habitam e circulam o povo. Nas décadas de 1970 a 1990, grupos de intelectuais de esquerda optaram por residir em bairros da periferia para desenvolver um trabalho de base junto às populações de baixa renda. Tal ação era motivada por um ideário de educação popular que permeava segmentos da igreja católica vinculada à teologia da libertação.

Outros intelectuais, também de esquerda que se encontravam nas universidades, desenvolviam trabalhos de extensão e assessorias junto a movimentos e organizações sociais do meio urbano, no bairros da periferia, junto a associações de moradores, grupos de jovens etc., bem como em movimentos sociais do campo para organização dos trabalhadores assalariados, meeiros arrendatários, pequenos proprietários e movimentos de trabalhadores rurais sem terra. Tal experiência intelectual e existencial proporcionou trocas culturais e de aprendizagens entre intelectuais e setores populares que contribuíram na formação de muitas lideranças e de educadores que passaram a atuar em diferentes espaços sociais e no campo político institucional. A práxis se constituía como uma vivência concreta na qual a troca de universos simbólicos, de significados e de experiências sociais que possibilitavam a formação intelectual libertadora dos diversos agentes envolvidos.

A partir da década de 1990, essa interação orgânica vai se esvaindo gradativamente. Grande parte dos intelectuais fecham-se em suas instituições, ou no máximo em assessorias a fóruns e conselhos que se articulam majoritariamente em torno das pautas das políticas públicas. Parte significativa dos intelectuais saem dos bairros periféricos, tanto como campo de atuação política como de moradia, e passam a habitar em territórios que lhes atribuem identidades como estrato social. Residem em condomínios de chácaras e de casas; em bairros de classe média, tendo tanto como um dos critérios estar ao lado de seus pares, formando assim uma comunidade de interesse em seus territórios como de se proteger a tão propalada violência urbana, que, segundo as *doxas*, são produzidas majoritariamente pelo povo. Dessa forma, o fosso entre habitantes de bairros periféricos e os intelectuais, mesmo que progressistas ou de esquerda, alargou-se, os espaços sociais identitários dos setores de classe média progressista em grande medida deixaram de ser os mesmos espaços sociais em que o povo habita e frequenta.

Na contramão, seguimentos vinculados aos segmentos neopentecostais definem os territórios marcados pela exclusão social como espaços estratégicos de atuação, nos quais lideranças religiosas de matizes conservadoras passam a cumprir o papel enquanto intelectuais que fazem a mediação entre as demandas e necessidades - objetivas e subjetivas - da população e os referenciais religiosos, dogmáticos e tradicionalistas, para a leitura e ação no mundo. Reforçam um processo claro de reconhecimento cultural e linguístico junto à população, a qual, passa a ter esse segmento e os valores por eles difundidos como a moral que os orienta em suas práticas cotidianas.

Nesse cenário, as concepções difundidas nas décadas de 1980 e 1990, na qual os intelectuais católicos libertadores se pautavam como o método ver-julgar-agir, que intencionava uma conscientização libertadora se esvai, cedendo lugar para um método que tem como foco a internalização de um *habitus* religioso fundamentado no dogma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que parece, a principal resistência das lideranças/educadores está em seu caráter ativo e propositivo, em rearticular o diálogo com o povo no sentido de contribuir para o processo de libertação, de emancipação dos oprimidos, de contribuir em seu crescimento intelectual e moral, de libertar-se da opressão, tanto do Estado quanto outras instituições que têm por finalidade submetê-los para domina-los, contrapondo-se, assim, de forma clara e propositiva, ao que Chauí (2003) já nos esclareceu quanto ao *modus operandi* do autoritarismo das elites no Brasil.

Não entendemos anacrônico, em tempos de tecnologias digitais, realidades virtuais, redes sociais virtuais, fazermos um movimento de estarmos radicalmente junto ao povo. Vivemos essa experiência na década de 1960, em especial por meio dos Movimentos de Cultura Popular e dos Ciclos de cultura.

A questão central alvo de análise aqui não é a quantidade e qualidade dos movimentos sociais em sua força e expressão no Brasil, tanto dos meios urbanos como do campo. Quanto a isso não há questionamento em relação à sua efetiva ação, prática e importância. O que quis problematizar é até que ponto, novos e velhos movimentos sociais, estão em sinergia, em diálogo e ação permanente com o povo de forma radical? Que em uma práxis não fala isoladamente para os 'seus' de dentro, mas também para os 'outros' de fora, numa prática educativa dialógica.

Considero então, que o diálogo com o povo deve evidenciar que a democracia está em constante movimento, sempre na construção de novos direitos, e que o surgimento de novos sujeitos de direitos estão a todo momento eclodindo. É típico dos regimes totalitários, autoritários, fundamentalistas,

conservadores e sectários de qualquer matize, a negação da inovação sócio-cultural, a negação dos direitos, a negação da elevação de todos à condição de sujeitos históricos e de direitos. Nesse diálogo com o povo há que se contribuir para a construção de uma nova representação sobre o passado, o qual não deve ser visto como um padrão para a ação de homens e mulheres no presente em uma perspectiva conservacionista, que se constitui como base da ideologia dominante.

Nessa perspectiva a educação para a democracia não é papel apenas da escola, mas das diversas instituições, dos diversos intelectuais que se comprometem com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Tal educação deve se dar por meio do diálogo, ao contribuir na construção de novas concepções de mundo que corroborem com o desenvolvimento do processo civilizatório e de humanização de homens e mulheres. Lideranças/educadores devem se constituir em agentes de mudanças e proporcionar aos sujeitos, continuamente, a compreensão sobre os novos desafios de seu tempo, e os velhos desafios que ainda precisam ser enfrentados, que insistem em existir de forma residual ou hegemônica.

Ou seja, devem se confrontar com a ideia de adequação, de adaptação dos sujeitos às necessidades dos novos tempos. Trata-se de uma formação crítica, que possibilite aos sujeitos compreenderem e disputarem os sentidos em uma sociedade em constante mudança. É este o grande medo das elites, dos setores conservacionistas e dos sectários: a contínua possibilidade de mudanças e o reconhecimento do “outro” enquanto sujeito de direitos, trabalhadores(as), mulheres, homens, negras(os), homossexuais, e diversas outras forma de se viver no mundo contemporâneo (ARROYO, 2012).

No Brasil dos tempos recentes, esse fator se apresenta como central, pois, numa perspectiva dos autoritarismos das elites, além da busca de manutenção dos privilégios econômicos historicamente construídos, existe também, em igual importância, a busca de manutenção de valores morais calcados nas concepções de mundo hegemônicas de uma sociedade colonial, patriarcal, escravista, machista, heterossexual. Esses valores, que fazem parte de nossa cultura nacional, se aliam aos novos valores de uma sociedade neoliberal que tem a lógica de mercado como centro de todas as ações, percepções e (des)construções do que é ser sujeito/indivíduo nesse tempo.

Ou seja, o nosso problema e o nosso desafio continua sendo a nossa inexperiência democrática. Importa ainda dizer que qualquer processo de resistência que venhamos implementar deve ser a partir de nossa condição de intelectuais, assumidamente orgânicos aos setores populares, trabalhadores e oprimidos em toda sua diversidade. Isso significa que devemos retomar os princípios da educação dialógica desenvolvida por Paulo Freire e tão debatida e difundida pelos movimentos e organizações populares entre as décadas de 1960 e 1990. Reaprender a metodologia do diálogo, de busca de compreensão da realidade em suas novas complexidades oriundas do movimento histórico, da revolução tecnológica, dos novos modos de ser e existir de homens, mulheres e comunidades. Isso significa que a resistência não está na polarização sectária, mas na radicalização dialógica com o povo e setores médios da sociedade; está na contínua defesa da justiça social, mesmo que em um ambiente político cultural adverso.

O diálogo representa elemento essencial no processo de formação de sujeitos para uma visão crítica da realidade. Para Freire e Shor (1986, p. 11), o diálogo é a "*problematização do próprio conhecimento, em sua indiscutível relação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la e transformá-la*". O diálogo crítico, problematizador, cumpre o papel de desvendar e penetrar em uma certa situação, desmistificando o inalterável, sem contradições, pois estimula os agentes a confrontarem suas realidades e suas concepções de mundo.

Abstract: *this article aims at analyzing the importance of intellectuals' studies (leaders/educators) based on Paulo Freire's theoretical and methodological perspectives, especially with regard to dialogic action, as a process of confronting the dismantling of democracy in Brazil in the last few years. The research, based on Paulo Freire and other authors who critically analyze the Brazilian reality and the processes of construction/deconstruction of democracy in the Western world, concludes that the effective process of resistance lies in the solidarity and humble dialogue with excluded people, through a radical and dialogical involvement, in the struggle for the defense of human rights, democracy, active citizenship and social justice as inalienable values, in all social spaces.*

Keywords: *Paulo Freire. Dialogical Action. Democracy. Resistance.*

Referências

- ARROYO, Miguel. G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.
- GRZYBOWSK, Cândido. *Nova onda de democratização, por onde recomeçar?* Disponível em: <https://ibase.br/pt/opinio/nova-onda-de-democratizacao-por-onde-recomecar/>. Acesso em: 10 set. 2015.
- CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Editora Global, 2008.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. *Medos e ousadia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. Reglus Neves. *Educação e Atualidade Brasileira*. São Paulo: Editora Cortez, 2001.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, G. (org.). *Escola "sem" Partido*. Rio de Janeiro, LPP/UERJ, 2017.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco. Privatização do público, destruição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco; PAOLI, Maria Célia. *Os sentidos da democracia: políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis, RJ: 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A difícil democracia. Reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- WEFFORT, Francisco C. Educação e política: Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da liberdade.(apresentação) In: FREIRE, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.